

Anísio Teixeira, leitor da História do Brasil.

MARCOS CEZAR DE FREITAS*



Anísio Teixeira merecia ter chegado ao final do século XX.

Nascido em 1900, não fosse seu trágico desaparecimento em 1971, talvez estivesse — como esteve, até há pouco, Barbosa Lima Sobrinho — contemplando o final de um ciclo conturbado, diante do qual seus escritos ofereceram uma observação atenta sobre a renitência de determinadas questões históricas.

Quais seriam essas questões históricas?

Quais seriam as leituras a informar sua observação atenta e crítica do passado?

A obra de Anísio Teixeira ergueu-se sobre uma compreensão singular acerca da herança cultural que o Brasil carregava de suas raízes ibéricas. Quase tudo o que escreveu, de alguma forma, renovou seu entendimento sobre o que considerava ser uma “necessidade histórica” ou uma “missão civilizatória”, ambas configuradas no seu convencimento de que era necessário ultrapassar as próprias raízes para deixar, no passado, um acentuado privatismo; um *habitus* antidemocrático e personalista e um distanciamento estéril diante da ciência moderna e da democracia.

As representações do passado brotavam em seus escritos como se fossem uma reavaliação sentida do que havíamos deixado de fazer; das barreiras que havíamos deixado de transpor.

Diante do “não feito”, afirmava que:

[...] tudo que o país tem de característico vem desses três fatores originais, de mistura com o catolicismo romano, o feudalismo e a organização imperial de poder [...] A sociedade brasileira funda-se assim na família patriarcal, na escravidão e no latifúndio, cujos característicos são a imobilidade, a limitação de oportunidades e a supremacia da ordem privada (Teixeira, 1999, p. 349-350).

* MARCOS CEZAR DE FREITAS é professor da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp e pesquisador do CNPQ.

Diante dessa constatação, incomodava-se com uma certa ambivalência que permanecia nos frutos daquelas raízes:

Os brasileiros eram europeus nostálgicos, transviados nestas paragens. [...] Esse tipo cultural dúbio, ambivalente, nem peixe, nem carne, acabou por criar nestas terras novas da América algo de congenitamente inautêntico, de congenitamente caduco, na cultura americana. [...] A verdade é que resistiam às forças de formação nestas paragens de uma cultura autêntica, com o arraigado sentimento de estrangeiros em sua própria terra (Teixeira, 1999, p. 322).

O educador baiano habitualmente é lembrado em razão do seu envolvimento com o chamado escolanovismo e, conseqüentemente, com a leitura e tradução dos autores e das obras que deram sustentação teórica àquele movimento internacional de renovação educacional. Nesse cenário, seguidamente se destaca, aliás, sem maiores aprofundamentos, a influência de John Dewey sobre sua obra. Contudo, raramente, as fontes historiográficas de Anísio Teixeira vêm à luz, quase que como se não tivessem existido.

Os “lamentos” acima mencionados, representações da história do País, escoraram-se na leitura atenta de autores como Sérgio Buarque de Holanda. As semelhanças são notáveis:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, senão adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (Holanda, 1986, p. 3).

É importante, sempre, acentuar a memória de um analista perplexo com a vitalidade do passado. Esse passado, aquelas raízes, respondiam pela forma do “obstáculo cultural e político” a ser transposto no século XX, um século de passagem para um novo ciclo, no qual ciência e democracia estariam de mãos dadas.

Uma personagem perplexa

Para descrever o século XX, é necessário compor uma narrativa na qual a tragédia ocupe lugar de destaque. Olhando mais de perto, porém, será possível perceber que, sem a evocação da esperança ou ao menos da expectativa de uma nova ordem planetária, não terá ocorrido uma rememoração fidedigna do ciclo que está acabando.

Trata-se de um período de impressionante distância entre a forma e o conteúdo observáveis ao início e as formas e conteúdos diante dos quais fomos pasmos contemporâneos.

Anísio Teixeira surgiu com as esperanças que abriram o século XX. Tornou-se, no transcorrer das sete décadas que viveu, uma personagem histórica singular, uma expressão brasileira do encanto que seduziu muitos intelectuais à tarefa de reorganizar o mundo e fazê-lo transitar da barbárie para a civilização, do obscurantismo para a luminosidade. No início, essa era a expectativa maior direcionada aos últimos cem anos do milênio.

Anísio, considerado o “escolanovista” brasileiro por excelência, habitualmente é relacionado à defesa da escola pública, à criação de instituições de pesquisa e a projetos ousados, abreviados pelas conjunturas políticas sempre desfavoráveis. Todavia, ainda que corretas, estas co-relações não apanham “todo” o Anísio.

Estamos diante de uma personagem tão complexa quanto o período histórico que o recebeu. Também estamos diante de uma personagem perplexa. Anísio Teixeira não aceitava passivamente as “permanências”, as “sobrevivências” do passado num momento no qual julgava estar construindo o futuro.

Por que restava, ainda, um país “medieval” à sombra de um país que queria ser industrializado e cosmopolita?

Por que era possível retratar o brasileiro ora como se um Manuel Bandeira fosse expressão de sua alma, ora como se Riobaldo Tatarana fosse a síntese de sua personalidade?

Por que a permanente ambigüidade, a contínua dualidade?

Olhando para fora do Brasil, considerava que, desde a Grécia antiga, a razão vinha caminhando em passo cada vez mais rápido. Embora essa trajetória da razão tivesse sido “desacelerada” na Idade Média, uma nova aceleração do tempo teria sido reiniciada com o Iluminismo. Este “tempo solto”, rápido e realizador, seria o tempo das ins-

*Estamos diante de uma
personagem tão complexa
quanto o período
histórico que o recebeu.
[...] Anísio Teixeira não
aceitava passivamente
as “permanências”, as
“sobrevivências” do passado
num momento no qual
julgava estar construindo
o futuro.*

tuições universais: a escola, a democracia e as várias faces da esfera pública. Seria também o tempo da ciência, da cultura laica e dos compromissos públicos firmados nas questões de Estado. A soma de todos esses itens corresponde ao entendimento anísiano sobre o que é a razão. O “tempo iluminista”, no seu entender, precisava ser solto, desamarrado, nestas plagas.

Por isso, olhando para dentro do Brasil, incomodava-se com a obra que a colonização portuguesa realizara no País:

A descoberta da América pelos europeus, nos fins do século XV, deu lugar a uma transplantação da cultura européia para este continente. Tal empreendimento constituiu, porém, uma aventura impregnada de duplicidade. Proclamavam, os europeus, que chegaram para expandir nestas plagas o cristianismo, mas, na realidade, movia-os o propósito de exploração e fortuna. A história do período colonial é a história desses dois objetivos a se ajudarem mutuamente na tarefa real e não confessada da espoliação continental. (...) A vida do recém-descoberto continente foi, assim, desde o começo, marcada por essa duplicidade fundamental: jesuítas e bandeirantes; fé e império; religião e ouro (Teixeira, 1999, p. 319).

Anísio Teixeira que, ao longo de sua vida, passou por várias situações de animosidade com a Igreja Católica, nunca foi um pensador de corte anticlerical. Ao contrário, as críticas que teceu à cultura católica estiveram sempre subordinadas à defesa da escola pública. Essa defesa, sempre apaixonada, gerou divergências, em mais de uma circunstância, com alguns representantes do clero. Mas sua concepção de história havia sido forjada também na leitura de historiadores católicos. De Frei Vicente do Salvador, recolheu a seguinte impressão sobre as raízes da sociedade brasileira:

... nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular... verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é uma república, sendo-o cada casa (Salvador, 1998, p. 264).

Em relação às origens da identidade do País, a cultura brasileira poderia ser metaforicamente comparada a um largo rio. As falas de Anísio foram empreendimentos estéticos metafóricos.

Sendo assim, imaginemos um leito caudaloso que, ao mesmo tempo, une e separa duas margens. Numa delas, contemplando as peculiaridades da colonização portuguesa, podemos encontrar intelectuais como Francisco Adolfo Varnhagen e Gilberto Freyre. Em tal “lugar interpretativo” repousa uma compreensão da sociedade, diante da qual um certo elogio do passado enaltece a vitória do homem sobre o meio. Na outra, na mesma “via historiográfica”, podemos encontrar Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Anísio Teixeira. Nessa margem, no encontro imaginário entre tais tradições interpretativas, podemos observar uma forte rejeição às instituições legadas por esse passado.

Anísio reproduziu, no âmbito do debate educacional, a leitura buarquiana com a qual rejeitou tanto a transplantação de idéias quanto a disseminação de uma cultura privatista, por meio da qual apagava-se a fronteira entre os domínios públicos e os privados. Há um extraordinário encontro de imagens nessa margem. Elas retratam um Brasil em conflito com as próprias raízes.

Nas nossas raízes, estariam depositadas tendências imobilistas. O homem forjado nesse processo de colonização estaria adaptado a um ritmo temporal imutável, permanente, no qual confundia sua família com o Estado. A nação terminava sempre logo ali, na divisa de seu quintal.

O predomínio da cultura jesuítica no processo de estruturação da educação escolar brasileira era visto como sinal de um movimento que, continuamente, restaurava o passado e mantinha uma idade média imaginária, a oferecer-se como parâmetro de conduta.

Quando escrevia metáforas sobre a aceleração do tempo, descrevia a história do país sendo movimentada no sentido de se desvencilhar de suas fundações: a família patriarcal, a escravidão e o latifúndio, responsáveis pela imobilidade, pela limitação de oportunidades e pela supremacia da ordem privada. A leitura do livro *Educação no Brasil* oferecerá, ao leitor, exemplos às far-

tas desse raciocínio anisiano/buarquiano que, de certa forma, reverberou também em Florestan Fernandes:

A relação senhor-escravo e a dominação senhorial minaram, pois, as próprias bases psicológicas da vida moral e política, tornando muito difícil e muito precária a individualização social da pessoa ou a transformação do “indivíduo”, da “vontade individual” e da “liberdade pessoal” em fundamentos psico e sociodinâmicos da vida em sociedade. Seria preciso lembrar que, no cosmos senhorial, só pode existir um tipo de individualismo, que nasce da exacerbação da vontade do senhor e se impõe de cima para baixo (Fernandes, 1975, p. 165).

À medida que outras afirmações completam a fala anisiana, é possível estabelecer um dado inequívoco de sua trajetória: Anísio Teixeira não pode ser pensado sozinho. A arquitetura intelectual que buscou para si é, também, uma plataforma política erguida sobre uma base conceptual tecida a muitas mãos.

No entender do educador baiano, as marcas da colonização e do escravismo ainda permaneciam sob múltiplas formas no Brasil do século XX. Este era um diagnóstico que se produzia “em comum”, no esforço conjunto dos intelectuais que lamentavam nossa colonização ibérica. Outra consequência aferida junto desta perspectiva histórica e historiográfica, ou seja, seu conjunto de leituras, era a permanente inconclusão dos momentos de ruptura.

Um exemplo recorrente, tanto do educador baiano quanto de vários intelectuais de sua geração, era a Revolução de 1930. Interrompida pelo Estado Novo, a Revolução não completara o plano de reconstrução nacional a que se propusera. Voltemos às metáforas.

Pesquisa educacional e antropologia

De certa forma, Anísio considerava que o País ainda deixava-se refletir no espelho de Euclides da Cunha, ou seja, com um sertão de costas para o litoral, com a cidade apartada do mundo agrário e com uma mentalidade ruralista a bloquear a disseminação da ciência, da formação individual e da democracia.

O múltiplo Anísio pode ser localizado, na memória da intelectualidade nacional, também ao lado de muitos antropólogos e sociólogos que, nos anos 1950 e 60, receberam dele a incumbência de realizar um mapa cultural do Brasil e conhecer, mediante o estudo de caso, a forma social das permanências de mentalidades “não modernas”.

Neste outro “álbum de família”, o educador pode ser visto entre Emílio Willens, Charles Wagley, Oracy Nogueira, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Otto Klinneberg e Roger Bastide, entre tantos outros.

Com esse grupo, ele gerou um dos mais importantes empreendimentos científicos que o Brasil conheceu até o presente momento: o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE, que, com os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais – CRPE, iniciou uma inédita parceria entre pesquisa educacional e antropologia.

Aqueles intelectuais moviam-se com a certeza de que a superação da herança colonial e escravista demandava conhecer o país “de perto”. Em razão disso, propuseram a formulação de mapas culturais para que se pudesse perceber o verdadeiro papel da escola em cada comunidade. A idéia de mapa cultural talvez tenha sido a grande metáfora de Anísio Teixeira. Significava um esforço institucional de cientistas no sentido de trazer ao debate a opinião do brasileiro, considerado ainda “fora da modernidade”.

Os informes do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais expressavam tais objetivos com clareza:

A expressão mapa cultural está sendo naturalmente usada como um símbolo, para representar um conhecimento completo da cultura brasileira contemporânea, no seu sentido mais amplo, incluindo vida de família e criação de filhos; atividades econômicas e sociais, o uso do tempo de lazer, atitudes psicológicas, objetivos e ideais, com a devida atenção à herança religiosa e ética do povo [...]. O mapa educacional deverá conter, também, um componente psicológico representado pelas atitudes do povo em relação às escolas, o grau e natureza da satisfação e descontentamento, os desejos e esperanças — e possivelmente também os temores — relativos à educação, qual a contribuição prática que o povo poderá dar à escola e assim por diante. [...] Se o antropólogo social tiver sido designado pelo Centro para elaborar um estudo de comunidade, é de se esperar que ele dedique atenção especial ao papel da escola na comunidade, à escola como instituição, à composição (econômica, social, étnica) da população da escola, às atividades e ocupações dos educandos, ao *status* dos professores etc. (Informe CBPE, E. In: RBPE, 1955, p. 119-121).

Tratar de Anísio Teixeira significa deixar-se levar pelo ritmo das metáforas que ele manuseava tão bem. Mapear a cultura, acelerar o tempo, ultrapassar as próprias raízes, espalhar uma cultura pública, refazer a civilização pela escola primária, pública e laica são algumas expres-

sões de um homem que foi uma das mais impressionantes personagens a equilibrar-se no fio frágil que separou a tragédia da esperança nesse século, especialmente neste complexo país — o Brasil.

De certa forma, todo o século XX foi projetado nas páginas de Thomas Mann, quando retratou, na obra *A Montanha Mágica*, o embate entre um mundo que acabava e outro que se anunciava.

Pelas palavras da personagem Setembrini, Mann expressou a confiança num futuro iluminado pela razão e pela liberdade, acompanhado pelo poder emancipador da ciência e da cultura. Pelas palavras do jesuíta Nafta, por sua vez, ele mostrou o apego ao passado, o temor violento em relação às promessas da liberdade, considerada vã e inconveniente. O duelo travado entre ambos, no romance, pode ser considerado uma prévia do século que chegava.

Enquanto futuro e passado, liberdade e autoridade, ciência e fé duelavam nas páginas de Thomas Mann, no Brasil, na Bahia, Anísio Teixeira era um adolescente. De certo modo, em escala microscópica, ele encarnava o embate entre a fé e a ciência. Quis ser jesuíta antes de descobrir a “missão” de educador.

Contudo, se a trajetória de Anísio, por vezes, sugere a fabulação de *A Montanha Mágica*, no mais das vezes parece uma aventura partilhada nas desventuras da própria realidade.

A busca por novos horizontes para a educação brasileira o envolveu ora com outros educadores profissionais, ora com historiadores, ora com antropólogos. Na sua órbita, gravitaram expressivas opiniões, as quais compreenderam o grau de comprometimento público necessário para que algumas “raízes do Brasil” fossem superadas.

Pensava — pensavam — numa ordem pública com a escola pública como compromisso e questão de Estado. Anísio era um iluminista.

Ao mesmo tempo que seu enredo parece aquele narrado por Thomas Mann, é possível reconhecer que, olhando-o de perto, ele não poderia ser uma personagem de *A Montanha Mágica*. Apesar de tudo que enfrentou, Anísio não consideraria apropriado permitir que a esperança e a tragédia se enfrentassem em duelo mortal, como ocorre no romance.

É mais provável que advogasse a emancipação e a construção de um novo mundo no âmbito da esfera pública, especialmente da escola, sem enfrentamentos.

Anísio Teixeira foi leitor e estudioso de várias acepções de História. O interesse por esse tema tornou-o um atento

observador dos usos da categoria “tempo”. Por isso mesmo, cuidou da esperança e da tragédia, assim como fizera Thomas Mann. Mas, diante de uma e de outra, considerou que a escola, a ciência e a democracia facultariam, ao homem, a percepção de que a esperança poderia nutrir-se dos exemplos que a História proporcionava e que tais exemplos tornavam a tragédia uma escolha a ser evitada. No fundo, o que Anísio queria encontrar, nos livros de História e nas hipóteses dos antropólogos, era o conjunto de exemplos por meio dos quais pudesse convencer seus pares de que a liberdade era plausível.

Bibliografia

- CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- INFORME CBPE. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, INEP, 1955, p. 59, 119-121.
- SALVADOR, Vicente do. Do nome do Brasil. In: MENESES, Djacir (Org.). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 263-265. Excerto de História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação e o mundo moderno*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

